



A educação libertadora e o novo conservadorismo: a atualidade de Paulo Freire

The liberating education and the new conservatism: Paulo Freire's present

Alexandre Silva Virginio 

E-mail: alexvirginio@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho foi destacar a atualidade da educação libertadora de Paulo Freire. Para tanto, inicialmente e sem se importar em fazer uma exegese de sua obra, tratou-se, já na introdução, de apresentar ao leitor algumas de suas concepções fundamentais. Na sequência, trabalhou-se no sentido de destacar os principais elementos contextuais das sociedades contemporâneas na atualidade. Nesta seção demarcamos alguns elementos das diferentes crises em curso, bem como o anúncio de um pequeno número de saídas que, uma vez consideradas, poderiam colocar outro verniz ao desenvolvimento planetário vigente. Por conseguinte, utilizou-se, metodologicamente, do exercício da revisão bibliográfica. No curso do texto, e a partir da recuperação das principais categorias que dão corpo e coerência —epistemológica, metodológica, pedagógica, ética e política— ao pensamento freiriano, concluímos a conveniência de seus aportes para a crítica ao atual contexto, bem como para a construção de formas de pensar e de viver alternativos.

Palavras-chave: democracia; liberdade; diálogo; esperança.

Abstract

The aim of this work is to highlight the current status of Paulo Freire's liberating education. To do so, initially and without bothering to make an exegesis of his work, it is necessary to introduce the reader to some of his fundamental conceptions. Then, work is done to highlight the main contextual elements of current contemporary societies. In this section, we outline some elements of the different ongoing crises, as well as the announcement of a small number of exits that, once considered, could put another varnish on the current planetary development. Therefore, it has been used, methodologically, the exercise of bibliographic review. In the course of the text and based on the recovery of the main categories that give body and coherence—epistemological, methodological, pedagogical, ethical and political—to Freire's thinking, we conclude the convenience of his contributions for criticizing the current context, as well as for the construction of alternative ways of thinking and living.

Keywords: democracy; freedom; dialogue; hope.

Recibido / Received: 17-12-2020

Aceptado / Accepted: 02-06-2021

Publicación en línea / Published online: 28-07-2021

Cómo referenciar este artículo / How to reference this article:

Virginio, A. S. (2021). A educação libertadora e o novo conservadorismo: a atualidade de Paulo Freire. *Tendências Pedagógicas*, 38, pp. 6-20. doi: 10.15366.tp2021.38.002.

1. Introdução

Vivemos, neste ano e no mundo todo, a celebração dos cem anos do nascimento de Paulo Freire (19/09/1921). Esta seria uma boa justificativa para recuperar sua biografia. Reconhecemos, aliás, o forte enlace entre sua trajetória de vida e seu pensamento. Contudo, nosso propósito foi situar, em meio às crises do atual contexto societário, a relevância dos conceitos e ideias de seu pensamento. Vivemos um tempo de retrocesso político e cultural: intensificação da violência, da indiferença, de aceleração do tempo e da tecnologia, de desencantamento e da desilusão frente ao futuro. Deste modo, situar sua contribuição à crítica social, à afirmação da história como possibilidade e pelo do direito a ser mais de cada pessoa humana em sua luta para mudar a si mesmo e o mundo, apresenta-se como um bom modo de enaltecer sua atualidade.

A indignação¹ diante das injustiças, das desigualdades e da opressão contra as populações mais humildes, serviu, em par com sua amorosidade, de energia para lidar com tais antagonismos. Como homem de seu tempo, foi sensível na tarefa de apreender os fatores que condenavam as classes populares à uma vida de sofrimento e privação. Além dos mecanismos econômicos de exploração de controle e exploração, Paulo Freire irá, desde seus primeiros esforços reflexivos (Freire, 2003 [1959]), atentar para a crítica acerca de uma educação domesticadora e para o papel central da participação, do diálogo e da conscientização em uma sociedade marcada por relações de poder desiguais. Para ele, o ato de conhecer requer tanto a experiência prática da democracia (socialização democrática de saberes, princípios, valores, significados, práticas sociais), quanto o reconhecimento de outras possibilidades de interpretação da realidade.

No campo da educação sua concepção revelou-se libertadora e democrática no sentido mais radical. Libertadora porque reivindica aos sujeitos o direito ao diálogo (ativo), portanto àqueles que se educam mutuamente, a compreensão da teia de fenômenos que definem este ou aquele fato, contexto ou realidade. Seu caráter libertador estaria no fato em que confere ao oprimido as ferramentas para a compreensão de sua condição, aliás tomada como ponto de partida para o diálogo e o desenvolvimento de seu pensamento, do espanto consigo mesmo, de fazer pergunta a si e ao mundo. De outra parte, sustenta o direito a ser sujeito, de afirmar o que se é e o que se pode ser. A educação então é potência da criação e do desenvolvimento de sua capacidade crítica. Ela é efeito da reconstrução dos saberes de quem, mediados pelo mundo, dialogam.

Neste sentido, educando e educador confundem-se em sua relação onde não há aquele que tudo saiba que não tenha algo a aprender, nem tampouco aquele que pouco entenda que não tenha algo a contribuir. No dizer de Paulo Freire (1987): ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; nos educamos em comunhão mediatizados pelo mundo. Em Freire, o diálogo democrático não pode ser refratário à críticas, postura inerente de quem não dialoga com a possibilidade de perceber e apreender o mundo de forma diversa. Fala-se, nesta medida, com o outro, na assumpção de uma postura aberta, porque consciente da transitoriedade dos saberes e de que a compreensão do todo depende da contribuição de cada parte, isolada e em relação (Freire, 1977, 1980; 1983, 1995, 1996; Freire & Faundez, 1998).

As linhas acima são, em verdade, uma caricatura do que pode ser associado à herança freiriana. Sob este foco, e visando atender ao objetivo deste trabalho, a revisão de literatura foi a principal metodologia utilizada. De início, destacamos os principais aspectos relacionados ao cenário atual. Estabelecer seus contornos mais evidentes, além de suscitar conhecer as problemáticas subjacentes, permitiram situar, no tempo, o significado humanista e humanizador do legado freiriano. Aliás, os antagonismos que emergem de sua proposta problematizadora da realidade, ontem e hoje, aprofundaram os desafios no campo da desigualdade socioambiental e, mais especificamente, no campo da educação escolar.

Este breve sumário de alguns pressupostos freirianos antecipa algumas unidades que estão, mais ou menos articuladas, nas reflexões que fez ao longo de sua vida. Seu conteúdo serve como premissa para assinalar que sua biobibliografia congrega uma miríade de conceitos, categorias e expressões que

¹ Mantida em vigor acentuado deu motivo, inclusive, à uma coletânea de seus últimos escritos publicada por Ana Maria Araújo Freire como *Pedagogia da Indignação* (Freire, 2000).

transcendem o contexto de sua produção (Gadotti, 1996). Na medida em que consideramos esta perspectiva razoável, tratamos de discernir, e nos limites deste texto, alguns elementos que configuraram o mundo capitalista nestas primeiras décadas do século. Fazemos isto tomando o novo conservadorismo como marca inocultável destes tempos de disputa pelos impulsos de revolta anti-sistêmica. Na sequência, conferimos substância aqueles pilares que sustentam, em nosso juízo, a essência do pensamento freiriano. Por fim, o leitor poderá averiguar a maior ou menor pertinência de nossa tese, qual seja, a atualidade de Paulo Freire.

2. Capitalismo, desigualdade e o novo conservadorismo

Passados mais de 50 anos desde a escrita dos originais da Pedagogia do Oprimido (Freire, 1987 [1970]; Haddad, 2019), o Brasil e o mundo vivem situações que, de forma análoga ou pior ao contexto dos anos 60 do século passado, certificam a contemporaneidade daquela obra de Paulo Freire, tanto quanto de seu pensamento de um modo geral. O pós-segunda guerra foi um tempo de superação dos horrores a ela associados (o holocausto judeu, as mais de 80 milhões de mortes geradas pelo conflito e as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki) e de reconstrução econômica (Plano Marshall) e institucional (criação da ONU). Também foi um tempo marcado por lutas anticoloniais e antirracistas, por justiça social e por direitos humanos, tudo isto em meio à disputa de poder entre EUA e URSS (guerra fria). Malgrado as singularidades deste contexto histórico, a estrutura do sistema capitalista segue reificando e/ou inovando suas formas de dominação e de exploração.

As crises do capitalismo, com impactos diferenciados de continente para continente, de país para país, passaram de exceção à rotina, tornando-se justificativa para retirada de direitos socioambientais e degradação do trabalho. Neste ínterim, o debate público sobre alternativas sistêmicas esvaziou-se e a devastação ambiental atingiu patamares irreversíveis em algumas dimensões. Além disso, vive-se, em especial no mundo ocidental, a eliminação progressiva dos valores constitucionais das consciências dos atores. Em suma, a distância só aumenta entre os megacidades (que só tem direitos e nenhum dever) e aqueles que vivem o desafio de sobreviver um dia após o outro, presos que estão na ideologia e num quadro normativo que faz naturalizar a eliminação seletiva, especialmente dos que se mostram diferentes, desconhecidos, ineptos, fracassados, incompetentes e improdutivos (Dardot & Laval, 2016; Casara, 2018; Porta, 2019; Santos, 2020). Enfim, é o mundo «[...] do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual» (Santos, 2020, p. 15).

No caso brasileiro tais fatores, é bom que se diga, viram-se agravados pelo aumento ou manutenção em níveis elevados de desemprego (14 %), de subutilização da força de trabalho e da informalidade desde 2015. Destacar que 8,5 % desta população habitam moradias que não possuem banheiro de uso exclusivo dos moradores, 21,1 % vivem sem coleta de lixo, 25,8 % sem abastecimento de água via rede e, o que impacta sobremaneira na saúde das pessoas, 56,2 % sofrem com a ausência de esgotamento sanitário (IBGE, 2019). Não se pode esquecer que, «[...] em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9 % mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 27,1 % mais que as mulheres» (IBGE, 2019, p. 29).

Em nível internacional, as taxas de pobreza e de acesso água potável, saneamento, educação e infraestrutura segue afetando, sobretudo, mulheres e crianças. Mais de 2 bilhões de pessoas ainda estão expostas às multidimensionalidades da pobreza explicitando as desigualdades sociais, regionais e internas à cada país². Para agravar este quadro, com a pandemia do Covid-19, a perspectiva é de que, até 2030, haja mais de um bilhão de pessoas em situação de extrema pobreza no planeta³.

Em conexão, no âmbito das relações de poder e das equações políticas estamos assistindo, neste século, as democracias se fragilizarem. Ganharam terreno indivíduos e grupos que reatualizaram princípios e práticas fascistas, quais sejam e para além dos fatores econômicos e políticos, a violência (ou

² <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679661>

³ <https://sdgintegration.undp.org/accelerating-development-progressduring-covid-19>

seu encorajamento), o medo, o ódio aos inimigos (pretensamente) comuns, o racismo (contra etnias, raças, credos, partidos), o culto ao passado e a mentira⁴ (propaganda) e o desprezo pelas instituições (Reich, 1988; Fromm; 2008; Albright, 2018).

Estes aspectos, combinados com a existência de indivíduos que, na vida cotidiana, se sentem sós, insignificantes, impotentes, inseguros, angustiados, injustiçados (ressentidos), frustrados e infelizes, constituem um solo fértil para a adesão ao caráter autoritário⁵. O resultado tem sido o aumento do número de descontentes, a diminuição dos filiados a partidos políticos e dos que se sentem representados além, é claro, do menosprezo pela veracidade dos fatos e de certa conformidade compulsiva de quem abdicou, mais ou menos conscientemente, do direito e da responsabilidade de ter pensamentos próprios.

Vivemos, em verdade, um período de regressão civilizacional sob o signo do novo conservadorismo. As pessoas mostram-se mais orientadas por seus afetos, por impulsos primitivos (alguns selvagens e cruéis) do que por imperativos éticos. A percepção é que se vive num mundo que gira em torno do consumo e que nos submete a um tipo de vida desprovida de estabilidade, de segurança, de identidade, de honra. A intensificação do individualismo e do isolamento social reforçaram o impacto deste estado de insegurança existencial. Neste quadro de insatisfação geral, a culpa e sempre dos outros, dos diferentes, tomados como bodes expiatórios: mulheres, migrantes, gays, negros, povos originários, jovens. O aumento dos direitos das minorias, combinado com as perdas materiais e de status de poder dos homens (brancos) nas famílias favoreceu o fortalecimento do caráter autoritário, do argumento da força em detrimento da força do argumento (Mishra, 2019; Misik, 2019; Nachtwey, 2019; Reybouck, 2019).

O resultado é que, apesar do protagonismo de movimentos progressistas neste início de século como, por exemplo, o Fórum Social Mundial, a Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, os indignados na Espanha, a Revolta dos pinguins no Chile, o movimento das Escolas Ocupadas na América Latina, certos atores e movimentos reacionários, apoiados por setores das elites, grupos religiosos, grandes corporações e de organizações internacionais, assumiram muitos espaços institucionais de poder. Utilizando-se da via eleitoral, ascenderam ao poder indivíduos que, além do desprezo pela questão ambiental, acreditam que os derrotados e os fragilizados não são merecedores de nenhum compromisso do Estado no âmbito das políticas públicas. Valendo-se da pauta cultural buscam constantemente renovar seu capital político, ao mesmo tempo em que vão, gradualmente, minando o poder das instituições e dilapidando a democracia nos seus elementos independentes, deliberativos e inclusivos que lhe são próprios (Levitski & Ziblatt, 2018; Appadurai, 2019).

Com a disseminação do uso da internet e das tecnologias digitais o trânsito pelas redes sociais, que já não era pequeno, torna-se central para as interações e relações sociais, bem como para a produção e consumo cultural. Em relação a este último aspecto, a produção e disseminação, de forma não regulada, de informações falsas, contraditórias, difamatórias, sensacionalistas ou mistificadoras tem favorecido posições de apatação social que dificultam o diálogo entre o «nós» e o «eles», ou mesmo

⁴ A internet tem representado, para além de suas virtuosidades, um instrumento de divulgação de informações distorcidas e notícias falsas, as chamadas *fake news*.

⁵ Nesta medida, trata-se de apreender os elementos preponderantes em termos de caráter social, qual sejam, aqueles que tem se desenvolvido como resultados das experiências básicas e modos de vida comuns dos grupos humanos não desconsiderando, por certo, as inúmeras variações e distanciamentos individuais do que é compartilhado. Todavia, o pensamento, a ação e a vida emocional dos indivíduos, o contato com ideias e/ou discursos autoritários, que descrevem a natureza (Deus) como poderosa, à qual todo(a)s devem submeter-se ou que apresenta os sistemas e acontecimentos políticos como descrições sádicas, em um cenário de inseguranças e descontentamentos múltiplos, adquire grande chance de prosperar no tecido social (Fromm, 2008).

qualquer ideia de cidadania inclusiva que tenha, nas identidades pluralistas e na diversidade, valores de enriquecimento social, como tão bem defendeu e praticou Paulo Freire. Como esperar que esta divisão entre «nós» e «eles», produto de uma recusa à *priori* de comunicação e de uma predisposição para o litígio, possa favorecer processos de interação social e de coabitação ao nível da humanidade como um todo? (Baumann, 2019)

Este quadro recebe, desde o final do ano de 2019, a estampa da Pandemia do COVID-19. A necessidade de seu controle⁶ trouxe desdobramentos sociais, econômicos, políticos, culturais e educacionais. De forma sumária, a preocupação com a saúde impôs o distanciamento social; a atividade econômica dos países encolheu e intensificou os processos de desemprego, marginalização, de segregação e de exclusão já em curso; a importância do Estado e de políticas sociais vigorosas, depois de mais de 40 anos de neoliberalismo, revelou o erro de canalizar para o mercado a atenção com as necessidades básicas da população.

Diante de tal realidade, estudos sobre epidemias correlatas (gripe espanhola, H1N1 e SARS) demonstraram, tanto dentro quanto fora do Brasil, que desigualdades sociais impactam na taxa de transmissão e severidade dessas doenças. Na atual pandemia, os mais pobres são os mais expostos à possibilidade de contágio e letalidade da doença. Esta população está mais sujeita à aglomeração em suas residências, à uma maior necessidade de sair de casa para trabalhar e que tem o pior acesso aos equipamentos e suprimentos de saúde. Além disso, os mais pobres e menos escolarizados, com mais comorbidades, encontram-se mais propensos a serem atingidos pela doença (Freitas, Napimoga & Donalísio, 2020; Pires, Carvalho & Xavier, 2020).

No campo educacional, se os efeitos da desigualdade social e escolar no Brasil já eram sentidos no passado recente⁷, com a atual pandemia acentua-se a discrepância entre os níveis de escolarização e aprendizagem envolvendo os grupos mais aquinhoados e os outros, os mais pobres. No curso das ações, pelo menos nesta etapa da crise, as alternativas para o ensino privado remeteram para uma reestruturação dos processos de mediação envolvendo alunos, famílias e docentes, tanto virtual, quanto nos processos presenciais.

Isto vem sendo feito a partir do uso de plataformas e/ou serviços de internet e de formação de professores. O que se observou é que, desde o início da pandemia, as escolas trataram de impor a transposição, quase que indiferenciada, quando não conteudista, da dinâmica presencial das aulas para o ensino remoto (Cipriani, Moreira, Corrêa, 2020). Além disso, constata-se um efeito sobre orçamento e na dinâmica interativa das famílias, sobretudo no que se exige destas no acompanhamento das tarefas escolares. Entretanto, mesmo que os «diálogos pedagógicos», realizados de forma mais ou menos açodada via internet, possam não ter a mesma qualidade se comparados às interações presenciais, o fato é que na rede privada de ensino, salvo exceções, escolas e famílias, docentes e alunos seguem se comunicando.

No outro extremo estão as famílias e os alunos das redes públicas de ensino. Em meio às inseguranças e incertezas provocadas pelo dilema (falsamente colocado) entre colocar a vida em risco ou arriscar a perder o emprego, as populações, sobretudo das periferias das grandes cidades, são chamadas a ter que responder à presença dos filhos, muitos deles em idade de educação infantil, em suas moradias de forma ininterrupta. Em famílias que apresentam, tendencialmente, provedores com baixa escolaridade, ocupando postos de trabalho precários e provisórios, é pouco provável possam

⁶ O trabalho de imunização da população por cobertura vacinal só começou ao final do ano de 2020 e, no Brasil, no início do ano de 2021.

⁷ No Brasil os jovens de 15 a 29 anos, que não estudam e não trabalham, eram, em 2016, 21,8 % e 23 % no ano de 2018. Dos 20 % mais pobres desta população respondem por mais de 40 % deste percentual (IBGE, 2019). Esta juventude, sentindo-se desmotivada e desprotegida, pode impactar na evasão escolar, nos níveis de saúde, no desalento com o mercado de trabalho, na fecundidade e criminalidade em uma sociedade e, até mesmo, na coesão social.

minimizar, de alguma forma, a ausência da escola na vida de sua prole. Seu baixo capital econômico e cultural afeta o acesso à internet e aos equipamentos necessários (computadores, tablets ou celulares)⁸ à navegação digital.

Em paralelo, os docentes se esforçam, muito mais agora, para fazer chegar aos seus alunos os conteúdos escolares. Para tanto, planejam aulas que oscilam entre responder aqueles que acessam plataformas on-line e os outros, dependentes das atividades presenciais. Este trabalho envolve, conferir as atividades, devolver para os alunos, atender pais, alunos e equipes escolares via aplicativos, preencher o diário de classe correspondendo às novas exigências, além de planejar e disponibilizar atividades remotas alheias às tecnologias digitais e realizar a avaliação do processo ensino-aprendizagem nesses novos moldes. São tarefas tão ou mais difíceis se se considerar o fato de que o contato presencial e o convívio que a escola oportuniza é o que os estudantes mais sentem falta. A repercussão sobre a motivação dos estudantes é sintomática (Palú, 2020).

No entanto, e contrariando o que a realidade insiste em revelar, os governos submissos à agenda neoliberal tem procurado seguir à risca sua cartilha, qual seja, reduzir o papel do Estado, desregular o mercado de trabalho, dismantelar os direitos sociais, trabalhistas e ambientais, além de deixar o capital financeiro sem prestar contas a ninguém (Appadurai, 2019). Nesta senda, oportuno registrar que, no Brasil e no mundo, neste período de quarentena viral, a desigualdade social (e vital), nunca deixou de estar presente. Agora, o que é saliente é esta economia política que prescreve o sofrimento, a infelicidade e a morte. Vive-se uma guerra civil silenciosa entre os «escolhidos» e os «rejeitados», e isto num contexto de intolerância racista e sexista. Como face do biopoder⁹, a biopolítica retoma, nos momentos de epidemia, o vigor da contabilidade de suas intervenções sobre o corpo social, sobre a saúde (ou doença) e as necessidades fundamentais das pessoas, além da própria vida e morte das mesmas (Pelbart, 2003).

Ante o exposto, e a bem da esperança de dias melhores, não seria o caso de sucumbir e deixar-se imobilizar pelo espírito da fatalidade. Há que se lembrar que a história é resultado de um mundo de possibilidades tornadas, umas e outras, realidade a partir das relações (de poder) entre seres humanos e entre estes e o mundo natural. Isto posto, seria importante considerar, antes de cerrar esta seção, algumas opções, mais ou menos originais, aos processos acima caracterizados.

A constituição de um governo global humano, por exemplo, talvez não fosse despropositado. Este governo humano não impediria que cada país, a partir de suas particularidades, tivesse por opção desenvolvimento alternativo e, ao mesmo tempo, aberto a estabelecer relações e associações horizontais com outros países. O mérito desta perspectiva está em, não só desviar-se dos atuais critérios de classificação e hierarquização dos países, poder concentrar cooperativamente os esforços no sentido de atender as necessidades sociais, ambientais e culturais. Este horizonte é tão mais plausível se considerarmos o potencial emancipatório presente na ação dos movimentos sociais progressistas, nas resistências e ressignificações locais em que as pessoas, sobretudo aquelas vítimas da escassez, conferem às formas de comunicação, de manifestação de sua cultura e de solidariedade que emergem em sua vida cotidiana (Santos, 2005).

Este poder estaria organizado em um Estado transnacional situado nas sociedades e cuja legitimidade permitiria impor sanções ambientais, erguer o pacifismo jurídico, frear os processos de exclusão social e controlar o poder de forma horizontal. Uma de seus pressupostos, e que interfeririam em sua qualidade, seria a inversão em uma reorientação da política educacional visando investimentos, quantitativos e qualitativos, em educação e pesquisa. Em suma, não há como pensar em uma resposta à lógica do mercado e ao autoritarismo sem considerar a necessidade de uma educação intertranscultural, isto é, com coragem para fazer do diálogo o recurso para enfrentar o desentendimento e a incompreensão em favor da aproximação e da cooperação (Beck, 1999).

Em paralelo, pode-se erguer às forças destrutivas do mercado uma cooperação internacional entre

⁸ No Brasil, 99 % dos domicílios da classe A tem internet. Nas classes D e E este índice é de somente 40 % (Todos pela Educação, 2020). Atualmente, 3,2 milhões de estudantes de escolas públicas não tem acesso à internet domiciliar em banda larga (Ipea, 2021).

⁹ Na perspectiva foucaultiana, a outra face seria a disciplina.

os Estados no sentido da construção de regulamentações internacionais destinadas a coibir e controlar a lógica de reprodução, sem qualquer desmedida, do capital. Afinal, a ultradireita não está em todos os governos. Nos EUA e na Bolívia, por exemplo, eles já não estão mais no poder. Da mesma forma, não são maioria na sociedade civil, ainda que o irracionalismo de sua visão de mundo sugira ser estrutural (Velho, 2019). Neste sentido, na esteira do processo de emergência da razão cosmopolita, é mister pensar na constituição de uma democracia social altermundialista capaz de renovar os poderes políticos estatais e confrontar o poder das transnacionais. Tem ficado cada vez mais evidente que, diante dos horrores naturalizados, não há saída fora de uma lei de cidadania mundial que proteja os direitos humanos e ambientais da voracidade do capital e das práticas autoritárias, nos governos e na sociedade civil (Zizek, 2019).

Além da renovação da luta por direitos humanos e justiça social, mantém-se a necessidade de criação de mecanismos a supressão da desigualdade social, a redistribuição da riqueza entre trabalhadores e jovens. Perante uma economia interconectada e de uma política fragmentada, surge a necessidade de uma série de medidas visando: o retorno de empregos produtivos; o direcionamento dos compromissos sociais das empresas; à reestatização ou fortalecimento dos serviços públicos visando a garantia de direitos básicos fundamentais; o degresso do sistema tributário oficial dos paraísos fiscais que só servem para ocultar patrimônio liberando, assim, bilhões que poderiam financiar políticas públicas como, por exemplo, a renda básica de cidadania e; desfinanciar a economia, reduzindo a dependência do crédito, diminuindo as dívidas do setor público, criando empregos e aumentando salários, dentre outras propostas (Mason, 2019).

Estas e outras medidas, sobretudo culturais e educacionais, tem demandado uma militância ativa no sentido de disputar, ética e esteticamente, a narrativa no espaço público (e nele a opinião pública). Neste processo de barbárie e do salve-se quem puder, toda ação, por mais singela que for, terá seu valor. Seu vigor depende da vontade de desengajamento, sobretudo na vida local, das relações de poder impostas pelo espírito «neuroliberal», para usar a expressão de Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Estas são tarefas que Paulo Freire classificaria como difíceis, mas não impossíveis de realizar. Sua sociedade referência exigia, além de uma pedagogia própria, outra governabilidade humana, pautada na solidariedade, na cooperação, nos direitos humanos e na justiça social onde todos pudessem usufruir de alimentação, trabalho justo, saúde, educação, cultura, arte, lazer, esportes, dignidade, afeto e boa convivência.

Tais atributos são tão mais previsíveis numa sociedade democrática do que naquela que destacamos na seção anterior. A sociedade democrática é aquela onde as principais instituições da sociedade (financeiras, industriais, parlamento, governo, mídia) estão sob efetivo controle público. A pedagogia associada à ela, por conseguinte, é aquela, como a freiriana, capaz de dar ferramentas (cognitivas e políticas) à construção, desde uma democracia militante, da «globalização a partir dos de baixo». Seu objetivo é então fortalecer as pressões sobre os governos nacionais e internacionais. Esta perspectiva explica o temor dos grupos e das elites conservadoras que, vendo seus privilégios sendo ameaçados, não se cansam em deturpar, seja no passado, seja atualmente, a figura e a obra de Paulo Freire.

Neste sentido, ganham centralidade inúmeros encontros (*lives*, seminários, fóruns de discussão, cursos, produção editorial, campanhas de solidariedade, etc.) em que os movimentos de resistência, progressistas e alternativos, tem sustentado sua contrariedade ao poder ecocida e etnocida. Uma simples forma de luta pode ser ter o sonho do compromisso com a vida, em nossas escolhas do dia a dia, como orientação de vida (Krenak, 2020). Outra, situada na esfera virtual, podem decorrer dos Recursos Educacionais Abertos (REA) em seu sentido crítico. O uso de materiais didáticos digitais críticos tem servido de suporte para colocar as linguagens e suas tecnologias a serviço de setores socialmente marginalizados, especialmente na problematização do status quo (Costa, 2020).

Tendo isto em conta, trataremos de apresentar os conceitos, princípios e valores presentes na contribuição de Paulo Freire às lutas pela emancipação humana e ambiental. Em nosso juízo, o reconhecimento da atualidade de seu pensamento depende de duas premissas. A primeira, o domínio de suas interpretações e propostas para a educação e para a sociedade. A segunda, a confrontação destas com os desafios colocados, como diria ele, pelas situações problema. Elementos comuns destas situações problema foi o que procuramos resumir nesta seção. Espera-se que o(a) leitor(a), ao final, tenha elementos para dimensionar a contemporaneidade deste que foi um dos maiores educadores do século XX.

3. Paulo Freire e a educação libertadora

Enquanto os novos libertos se esforçarem por ser os senhores que nunca serão, as coisas nunca serão diferentes. A regra continua a ser, sempre e em toda parte, a repetição do mesmo (Mbembe, 2017, p. 238).

O alerta que faz Achille Mbembe remete-nos para o sentido da categoria de liberdade em Paulo Freire. Influenciado por autores como Anísio Teixeira, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Frantz Fanon, Karl Marx, Karl Mannheim, John Dewey, Jacques Maritain, Martin Buber e Erich Fromm, só para lembrar alguns, Freire, desde seus primeiros escritos, já se preocupava em expor as raízes da opressão: a distribuição desigual da riqueza, do poder de decidir, do direito ao saber e a dizer a palavra.

No Brasil, de acordo com Freire (1967), a escravidão colonial deixou marcas profundas (mandonismo, paternalismo, mutismo, acomodação, dependência, ajustamento, etc.). Nele, as elites resistem em abdicar de seus privilégios. Tais grupos, no passado e no presente, lutam para não deixar que a maioria da população possa superar os efeitos de relações sociais autoritárias e desiguais que as afastaram do povo. Daí que a inexperiência democrática, da opressão, das injustiças e de exploração, vivida em nosso país, diga algo aos povos pauperizados e discriminados do mundo.

A obra de Paulo Freire funda-se na necessidade de dissociar ideias como forma de superar a consciência alienada, fanatizada e a ação domesticadora, antidemocrática, antidialógica, antiparticipação e antiresponsabilidade, ou seja, contra tudo o que impede que a pessoa tenha voz e ação, que seja empecilho ao desenvolvimento de uma sociedade combatente e soberana. Portanto, a educação necessária, estando ela socialmente e historicamente referenciada, não pode aceitar-se desvinculada de seu sentido político de mudança social (Freire, 2003 [1959]; 1967; 1987).

Neste sentido, Paulo Freire, recuperando Erich Fromm, destaca a similaridade em relação aos efeitos perversos da subjetividade capitalista hegemônica nas últimas décadas.

Mientras la vida se caracteriza por el crecimiento de una manera estructurada, funcional, el individuo necrófilo ama todo lo que no crece, todo lo que es mecánico. La persona necrófila es movida por un deseo de convertir lo orgánico en inorgánico, de mirar la vida mecánicamente, como si todas las personas vivientes fueren cosas. Todos los procesos, sentimientos y pensamientos de vida si transforman em cosas [...] El individuo necrófilo puede realizar-se con un objeto – una flor o una persona – unicamente si la tiene; em consecuencia una amenaza a su posesión es una amenaza a él mismo, si pierde la posición, perde el contacto con el mundo [...]. Ama el control y en e acto de controlar, mata la vida (Fromm¹⁰ apud Freire, 1987 [1970], p. 65).

Portanto, a preocupação de Freire foi, ao longo de toda sua obra, tanto teórica, quanto prática, contribuir para que os indivíduos possam ter seu desenvolvimento associado à valorização da vida em

¹⁰ Oportuno destacar que nesta obra Erich Fromm (1965), notadamente em seu capítulo III, contrapõe necrofilia à biofilia. Ressalta que a pessoa necrófila se identifica com o amor aos mortos, mora no passado, deseja a sujeira, referencia-se no sadismo, exalta a compulsão pelo poder, a força, a destruição, a atração pela escuridão. Na interpretação de Freire (1987 [1970]), aliás, a educação bancária, enquanto instrumento de opressão, contribui para a produção do necrófilo. Já a segunda, a biofílica, nutre amor aos vivos, busca a integralidade no homem, espera crescer no diálogo com entidades diferentes e opostas, é atraída pelo processo da vida em todas as suas esferas, vê a totalidade em vez das partes, prefere o novo ao velho, aprecia a aventura mais do que a certeza, obriga-se a abster-se do mal e fazer o bem, trabalha pela segurança (ter condições matéricas necessárias à uma vida digna), pela justiça (que ninguém veja interdito seu acesso à experiências básicas de vida por outros), pela liberdade (de ser um membro ativo e responsável na sociedade), enfim, pensa mais na vida do que na morte.

todas as suas dimensões. Tal desenvolvimento não pode ser realizado senão por cada qual. Ou seja, a construção da consciência do direito à promoção de uma vida plena é processo que exige a participação do sujeito na exposição e problematização de seus saberes, visões e experiências com o mundo. É a opção pelo povo como sujeito da história e não mais como expressão de adequação de sua conduta por prescrições externas (Freire, 1967; 1978; 1987 [1970]).

Às populações submetidas, reprimidas, oprimidas e exploradas careciam de uma formação crítica capaz de colocar diante de si outras soluções, diferente do sectarismo destacado por Freire (1967). Atualmente, considerando a forma como as diferenças políticas, sociais, culturais e identitárias vem sendo equacionadas, as assertivas freirianas revelam uma conveniência cintilante.

E a sectarização tem uma matriz preponderantemente emocional e acríica. É arrogante, antidualógico e por isso anticomunicativa. É reacionária, seja assumida por direitista, que para nós é um sectário de «nascença», ou esquerdista. O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo. Daí a inclinação do sectário ao ativismo, que é ação sem vigilância da reflexão. Daí o seu gosto pela sloganização, que dificilmente ultrapassa a esfera dos mitos e, por isso mesmo, morrendo nas meias verdades, nutre-se do puramente «relativo a que atribui valor absoluto» (Freire, 1967, p. 50)

Na mesma toada, não é menos tremulante o estado mental que caracteriza o homem comum nos dias que correm. Na transição e na tensão vividas entre uma sociedade que se quer aberta e outra que resiste ao se fechar, torna-se mais nítido e natural a presença de homens e instituições que se dividem, que se colocam como progressistas e reacionários (novos conservadores). Como não reconhecer nestes últimos o que Paulo Freire focalizou como consciência ingênua. Sua notoriedade verifica-se, dentre outros aspectos, pela simplicidade na interpretação dos problemas; pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado; pela subestimação do homem comum; por uma forte inclinação ao gregarismo, característico da massificação; pela impermeabilidade à investigação, a que corresponde um gosto acentuado pelas explicações fabulosas; pela fragilidade na argumentação; por forte teor de emocionalidade; pela prática não propriamente do diálogo, mas da polêmica; pelas explicações mágicas. Com esta nota mágica, que perdura, em parte, até hoje, ampliam-se os horizontes e responde-se mais abertamente aos estímulos. No entanto, as respostas, desprovidas do privilégio da dúvida, pouca resistência oferecem ao seu teor ainda mágico (Freire, 1967).

Deste modo, a obra de Paulo Freire deve ser apreendida como um pensar/fazer que se vai desdobrando em um conjunto de pedagogias (do Oprimido, da Pergunta, da Esperança, da Autonomia, da Indignação, da Solidariedade, da Tolerância, do Compromisso), complementares e enriquecedoras, no movimento de um pensamento que não abdicou da tarefa de dialogar com a realidade, qual seja, todas elas partindo de uma matriz, a ação cultural para a prática da liberdade (Freire, 1967; 1981).

Nestas pedagogias é que se vão articulando categorias e conceitos sem os quais a democracia militante não seria possível. Deste modo, a educação como prática da liberdade tornou-se (torna-se) exigência para a construção de uma sociedade aberta, plural, democrática, dialógica, crítica, criativa e ativa. Note-se que Paulo Freire, além da superação de todas as formas de alienação e de injustiça, preocupa-se com a qualidade da formação humana necessária e consoante à responsabilidade, social e política, para com o desenvolvimento da nação.

Tais predicados compõem sua proposta de educação transformadora que visa, por meio do aprendizado crítico, criativo e problematizador da realidade dos sujeitos, politizar o ato educativo. Ou seja, uma educação marcada pela profundidade na interpretação dos problemas (necessário nos tempos que correm), que confere atenção especial aos princípios causais dos fenômenos, portanto disposta a remover os preconceitos na análise dos problemas. Indo além, uma educação que estimule posições não quietistas, que potencialize o senso de responsabilidade, que busque segurança na argumentação, ainda que não deixe de lembrar a consciência de sua provisoriade. Acima de tudo, uma educação que pratica o diálogo em detrimento da polêmica e que se coloca permeável ao novo (Freire, 1967).

Hodiernamente, trata-se da promoção da liberdade em todas as suas dimensões. Isto é, a libertação da personalidade capitalista, autoritária, machista, sexista e racista que não aceita a liberdade como direito de todos e de todas. Aliado a isto, propõe-se a romper com os saberes instituídos, com toda

forma mecânica (bancária¹¹) de ler o mundo e assumir a responsabilidade para com a liberdade de decidir diferentemente e alternativamente. Trata-se, portanto, de uma educação (e pedagogia) conscientizadora das forças que interagem no indivíduo e na sociedade e, afastando-se de qualquer determinismo, capaz de estimular escolhas, decisões e ações, notadamente democráticas, dialógicas, autênticas e esperanças, consorciadas ao direito à liberdade¹² e de valorização da vida (FREIRE, 1967, 1980, 1987 [1970], 1998).

Nesta medida, na concepção problematizadora e libertadora da educação, o(a) educador(a) percebe que somente a comunicação tem sentido para a vida humana. Reconhece que sua autenticidade ao pensar depende da autenticidade do pensar do educando, mediatizados que estão pela realidade. Nesta perspectiva, o que dá sentido à vida é esta comunicação autêntica, este diálogo de consciências que se conscientizam a partir da problematização da realidade, e de uma ação, socioambiental, sobre o mundo. Nas palavras de Freire (1987 [1970], p. 69), «[...] Na medida em que o educador apresenta aos educandos, como objeto de sua “admiração”, o conteúdo, qualquer que ele seja, do estudo a ser feito, “read-mira” a “ad-miração” que antes fez, na “ad-miração” que fazem os educandos».

Este movimento dialógico se dá a partir da exploração e problematização da realidade mediatizadora (contexto) da relação entre educador e educando, da consciência que cada um tem daquela. É desta realidade e a consciência que dela emana que estar-se-á, de acordo com a pedagogia freiriana, construindo o conteúdo programático e/ou o universo temático da educação. Os «temas geradores», pontos de partida desta pedagogia, são sempre os temas de uma época, com suas «situações-limite», sobre as quais os homens vivem e pensam e quando refletem criticamente sobre o que experimentam e sabem sobre o que experimentam, constroem na reflexão e na ação, em sua *práxis*, as tarefas superadoras das «situações-limite» (Freire, 1987 [1970]). A breve caracterização do «novo conservadorismo», com seus aspectos mais ou menos conjunturais, pode ser tomada aqui como situação limite.

Diante de uma sociedade de tradição autoritária, Paulo Freire defendeu um currículo escolar democrático, crítico, imaginativo e para além da sala de aula (Freire, 1998). Não há dúvida quanto ao caráter político desta educação, que luta por uma sociedade que seja a expressão da humanização do homem. Isto requer, como já destacado, conhecer permanentemente a realidade, investigá-la e problematizá-la recorrentemente, inclusive e sobretudo, o pensar e o atuar dos homens (Freire, 1987 [1970]).

Assim, questionar a realidade objetiva promover a conscientização de que a realização humana está no trabalho dos homens no mundo e por sua transformação. O que Freire quer é a construção de uma leitura de mundo que seja antídoto à manipulação, ao desejo de conquista das elites, à falsidade dos dominadores, à invasão cultural destes sobre os oprimidos querendo impor sua visão de mundo e seu modo de vida a estes, freando e/ou inibindo sua criatividade e sua expressão própria. Imagina-se que o ilusório (*fake news*) pouco alcance teria na mente crítica e criativa.

Inversamente, a pedagogia freiriana quer, na ação dialógica, erguer momentos e movimentos de colaboração com o povo, bem como de organização, num processo em defesa da vida, cuja gênese

¹¹ A concepção bancária de educação, de acordo com Paulo Freire, expressão a adaptação e adequação ao mundo. Revela-se uma educação onde «[...] em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, recebem pacientemente, memorizam e repetem [...] não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também» (Freire, 1987 [1970], p. 58).

¹² Em seu sentido positivo, isto é, do crescimento de um eu ativo, crítico, responsável pelo seu bem-estar (físico, emocional, intelectual e sensível), bem como da comunidade da qual faz parte e da qual necessita para sobreviver. Com efeito a liberdade é a outra face do ódio à opressão. Da mesma forma, é sempre uma potencialidade e, enquanto tal, pode ser objeto de uma pedagogia destinada a desenvolvê-la. Daí a Pedagogia do Oprimido atender uma tendência à verdade e à justiça, elementos importantes para quem não tem poder pois são peças fundamentais para a liberdade e sua expansão (Fromm, 2008).

começa com seu desprendimento dos mecanismos que lhe atrelam ao mundo da opressão. Por isto que é uma forma de pensar cuja finalidade é fazer o homem se reconhecer como produtor deste mundo, como sujeito histórico. Projeta-se como ação cultural que pretende superar a própria cultura alienada e alienante a partir da abordagem dos temas básicos e significativos para o povo (Freire, 1967; 1987 [1970]).

A conscientização pode ser vista aqui como fundamento moral às propostas alternativas supra-mencionadas. Ademais, não são poucas as experiências de educação libertadora. Sua aplicação no sistema escolar, porém, é um capítulo à parte. A formação humana na escola, para Freire, visa constituir a consciência e a ação social democrática através da reflexão pedagógica, investigação e experimentação do ponto de vista popular. Pressupõe a apropriação e/ou construção dos princípios científicos e técnicos que se somam a métodos de comunicação, expressão e arte. O projeto eco-político-pedagógico desta educação está centrado na construção dialógica de uma perspectiva interdisciplinar de relação com a realidade e com o conhecimento. Em suma, à escola é chamada a ser um centro de produção de cultura popular e de potencialização do projeto de desenvolvimento local.

As experiências escolares edificadas à luz da pedagogia freiriana vislumbram uma convivência mais próxima com as comunidades que atendem. Assim, são escolas que buscam diversificar metodologias, problematizar transdisciplinarmente os temas «concretos» de interesse dos que nela e com ela se encontram em diálogo. Estão abertas para a flexibilização de tempos e espaços a partir dos desafios colocados pela aproximação com a comunidade. A pesquisa da realidade é utilizada para repensar o pensado. É uma marca o constante processo de ação-reflexão-ação, em permanente exercício de avaliação. Nestas escolas o entendimento é que não se transmite conhecimento. O mesmo se constrói, no ato criativo da relação entre pensamento e realidade, entre interpretação e ação.

Ele mesmo, quando estava à frente da secretaria municipal de educação de São Paulo (1989-1992), problematizou as escolas no sentido do desenvolvimento de um currículo aberto e, porque interdisciplinar, refratário à ideia mecânica e prescritiva de conteúdos disciplinares estáticos (Freire, 1987 [1970], 2000a; Torres, O'Cadiz & Wong, 2002). De tantas experiências fundadas em suas ideias, destaque para o projeto Escola Cidadã, exemplo da democracia como realidade. No sul do Brasil, na cidade de Porto Alegre, a democratização da gestão, do currículo escolar e das relações de poder ampliaram os espaços de crítica, de participação e de inovação constituindo-se, em tempos de fascismo social, em símbolos de resistência (Gandin, 2013). Em suma, a filosofia freiriana tem inspirado várias escolas, no Brasil e no Mundo.

Tendo chegado até aqui, cabe destacar um outro tema caro à Paulo Freire, qual seja, a esperança. Por suas palavras: «Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança» (Freire, 1994, p. 91). O significado da esperança reside, para ele, na consciência do inacabamento do homem. Portanto, mesmo diante da realidade mais adversa, não há razão para se desesperar. Em sua concepção, os homens são seres inconclusos, inacabados. Portanto, estão sendo em e com a realidade que, enquanto história, também é inacabada, é possibilidade.

Na consciência desta inconclusão reside o caráter permanente da educação refeita, constantemente, na *práxis*. Por ser esperançosa, tem os homens como projetos. Em outras palavras, a educação é a «[...] denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais» (Freire, 1987 [1970], p. 73). A possibilidade de «ser mais» está na base da ideia de sociedade de Paulo Freire. Este princípio é que permite pensar a utopia não como «algo irrealizável», mas como «o ainda não realizado». É o «inédito viável» que ganha espaço no processo de conscientização, de dirigir sua ação.

Este sonho, traduzido em desejo, em vontade, expressa um sentido político (não doutrinário) de «socialização humanizadora». Como tal, anseia por atuação na esfera pública. Objetiva favorecer a construção de outros caminhos, outras escolhas e, a partir de outras ações, rechaçar a injustiça, a desigualdade e a opressão. A conotação política da educação, sendo ela nunca neutra, coloca em discussão a possibilidade de avaliação de outros percursos históricos. Reconheça-se, aliás, a forma criativa e solidária com que a comunidade universitária no Brasil tem contornado as tentativas autoritárias do Governo Bolsonaro intervir na autonomia universitária. Como ao Presidente recai a prerrogativa de indicar para reitor(a) um nome dentre uma lista tríplice, aquele(a)s que defendem posições progressistas constroem sua unidade, paradoxalmente, dividindo suas candidaturas. Tal *práxis* tem cerceado, na prática, a liberdade de nomeação dos reitores das universidades públicas brasileiras do atual presidente.

Em resumo, no pensamento de Freire, o diálogo com as massas, no qual a escola pode ser uma ferramenta potente, é premissa para que as mudanças sociais em curso recebam as condições necessárias para a participação efetiva daquelas no poder. Isto remete para a demanda de intercomunicação entre os atores, todos eles, como diria Freire (1987 [1970]), com seus acertos, erros, equívocos e dificuldades. Para Freire, as elites se fecundam, necrofilamente, no esmagamento dos oprimidos, para o qual o desconhecimento das engrenagens da opressão se faz pilar da dominação. Por extensão, enquanto a ciência serve ao opressor como serviço de reificação, ao humanista ela serve para a humanização. Nesta disputa de poder, somente a comunhão de saberes pode fazer emergir a conscientização do oprimido como expressão da soberania popular.

4. A esperança é uma história inacabada

As páginas precedentes procuraram avivar a virtuosidade do pensamento de Paulo Freire. De todas suas categorias fundamentais, ganha relevo o valor conferido à vida, à conscientização e atuação sobre a realidade, à liberdade. Seu compromisso com os esfarrapados do mundo o fez recusar qualquer determinismo ou fatalismo a favor da esperança e, a partir desta, sua preocupação com a democratização da cultura, da criação da mentalidade democrática e do desenvolvimento socioambiental.

Na mesma medida, nunca escondeu sua recusa radical do autoritarismo, da sobreposição de saberes, da necrofilia disfarçada de educação bancária, da submissão, da opressão, da exploração, da ignorância, de todas as formas de preconceito, de toda ação antidialógica, da manipulação, da dominação, da alienação, da história como fatalidade, da invasão cultural, da desesperança, da condenação dos oprimidos à morte em vida.

Com o objetivo de assinalar a contemporaneidade de suas contribuições sublinhamos, minimamente, alguns tópicos do atual contexto político, sociocultural, econômico e ideológico. Em razão disto, destacamos algumas questões em curso no mundo atual. Nestes termos, capturamos o que tem sido, em nosso juízo, os efeitos da crise (permanente) do capitalismo em sua faceta neoliberal. Realce para a retirada de direitos, a devastação ambiental, a desigualdade amplificada e a desumanidade que os números da realidade brasileira exemplificaram.

De modo similar, chamamos atenção para como princípios e práticas neofascistas ampliaram seu poder político mediante uma direita liberal e, sobretudo, uma esquerda que encontra dificuldades para amplificar e afetar, com sua narrativa, não somente os oprimidos, mas aqueles que se sentem abandonados pelo sistema. Em meio à Pandemia do COVID-19 este cenário se agudizou em prejuízo das populações mais fragilizadas, sobretudo pelos efeitos da biopolítica praticada por quem concentra poder econômico e político. Os contornos e cores deste quadro, não duvidamos, intensificaria a repulsa e a indignação de Paulo Freire.

Entretanto, estas páginas não congregam somente denúncia mas, conjuntamente, inéditos viáveis. Desta forma, tratou-se de dar notoriedade à algumas recomendações que, se observadas, poderiam aumentar a sensação de esperança em um amanhã mais promissor. Como a crise sistêmica é global, especialmente em sua dimensão econômica, uma regulação política global não seria nada desaconselhável. Na mesma medida, não se trata de falta de riqueza e sim, de como ela é produzida (seu impacto ambiental) e por quem é apropriada. Portanto, não somente é desejável, como urgente, a mobilização política para a construção de estruturas jurídico-estruturais de controle do capital, especialmente o financeiro.

Aliás, se a questão da distribuição dos recursos escassos é central, não é menos irredutível o reconhecimento dos direitos das minorias para a construção e consolidação de sociedades democráticas. Nesta direção, ganha relevo as distintas formas de fazer educação, sejam elas formais ou não, que procuram, por meio da participação dialógica, qualificar o uso e alcance da palavra, quando não estimular o a soberania popular no espaço público. Aqui encontramos algumas destas ações, da escola cidadã em Porto Alegre aos multivariados espaços de diálogo na internet.

A longevidade e atualidade do pensamento freiriano porventura possam ser explicadas por sua contribuição à mobilização política acima referida. Em seção específica procuramos expor algumas de suas propriedades, com acento na crítica que o mesmo antecipava, já nos anos 60, à necropolítica ou ao biopoder, particularmente a partir de suas leituras de Erich Fromm. Em resultado, as dimensões libertadora, democrática, participativa, dialógica, comunicacional, transformadora, crítica e a favor dos que vivem em estado de penúria, que atravessam a «educação libertadora», são elementos indispensáveis aos movimentos e ações de resiliência contra a ordem opressora e perversa do capital.

Nos dias que correm, a democracia sobrevive esfarrapada, tanto na consciência do cidadão comum, quanto na retórica de partidos e governo. Isto é tão mais grave quando analisamos os efeitos políticos, econômicos e subjetivos da onda autoritária (neofascista) e populista que tem se apresentado, paradoxalmente, como solução para as crises em curso. A Pandemia do Covid-19, como ação irrefreada da ação humana sobre o planeta, tão somente trouxe a nu as desigualdades sistêmicas pré-existentes. Neste contexto, ganha outro significado o livre acesso à internet e às plataformas digitais nas lutas pelo direito à educação e por cidadania. Em simultâneo, políticas de larga escala, como a quebra de patentes por exemplo, reivindicam ser a expressão de uma ecologia planetária urgente e necessária.

Tendo isto presente, seja em espaços já constituídos, mais ou menos organizacionais, mais ou menos institucionais (e aqui as escolas), seja no trabalho de militância e luta pela abertura e qualificação de novos espaços públicos, a dinâmica dialógica e dialética de Paulo Freire serviu para alinhavar o que estava solto, recuperar o que estava perdido, recolocar a vida no centro do que realmente importa, oportunizar reconhecer o que se imaginava saber, colocar-se em trânsito em defesa da humanidade. Face o novo conservadorismo, nunca a educação libertadora de Paulo Freire foi tão necessária à tarefa de fazer história. É aqui que a liberdade e a esperança se interpõem às forças opressoras do mundo, naquilo que produzem de diferente, de genuinamente autêntico, e cujo fruto, sempre inacabado, configura-se na cidadania para todos e todas.

5. Referências

- Albright, M. (2018). *Fascismo: um alerta*. São Paulo: Planeta.
- Appadurai, A. (2019). Fadiga da democracia. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 19-36.
- Baumann, Z. (2019). Sintomas à procura de um objeto e um nome. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 37-56.
- Beck, U. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo: Respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Casara, R. R. R. (2018). *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cipriani, F. M., Moreira, A. F. B. & Corrêa, C. C. M. (2020). Políticas, currículo e práticas docentes: os impactos postos pela Covid-19 no contexto escolar. In: *Revista Teias, PROPED/UERJ*, vol. 21(63), outubro/dezembro, pp. 452-465. <https://doi.org/10.12957/teias.2020.53310>
- Costa, A. R. (et al.). (2020). *Paulo Freire hoje na Cibercultura*. Porto Alegre: Cirkula.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freire, P. (1977). *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1978). *Cartas à Guiné-Bissau*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. (3ª ed.). São Paulo: Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1983). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987 [1970]). *Pedagogia do oprimido*. (17ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1994). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1995). *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'água.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1998). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000100016>
- Freire, P. (2000a). *A educação na cidade*. (4ª ed.). São Paulo: Cortez.

- Freire, P. (2003 [1959]). *Educação e atualidade brasileira*. (3ª ed.). São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.
- Freire, P. & Faundez, A. (1998). *Por uma pedagogia da pergunta*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, A. R. R., Napimoga, M. & Donalísio, M. R. (2020). Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, vol. 29(2), e2020119. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200008>
- Fromm, E. (1965). *O coração do homem*. Zahar: Rio de Janeiro, 1965.
- Fromm, E. (2008). *El miedo a la libertad*. Barcelona: Paidós.
- Gadotti, M. (Org.). (1996). *Paulo Freire: uma biografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO.
- Gandin, L. A. (2013). A democratização da gestão no projeto Escola Cidadã: construindo uma nova noção de responsabilização na educação. In: APPLE, M. W., BALL, S. J. & GANDIN, L. A. (Orgs.). *Sociologia da educação: análise internacional*. Porto Alegre: Penso, pp. 380-389.
- Haddad, S. (2019). *O educador: Um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Todavía.
- IBGE. (2019). Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IPEA. (2021). Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Educação. Recuperado el 22 de abril de 2021 de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/210409_boletim_bps_28_educacao.pdf.
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Levitski, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mason, P. (2019). Vencendo o medo da liberdade. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 149-174.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Mishra, P. (2019). A política na era do ressentimento: o tenebroso legado do iluminismo. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 175-196.
- Misik, R. (2019). Coragem para ousadia In: APPADUARU, A., BAUMANN, Z., PORTA, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 197-214.
- Nachtwey, O. (2019). Descivilização: sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 215-232.
- Palú, J. (2020). A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e percepções. In: Palú, J., Schütz, J. A. & Mayer, L. (Orgs.). *Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, pp. 87-106. Recuperado el 15 de abril de 2021 de <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/8839-livro-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia>
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- Pires, L. N., Carvalho, L. & Xavier, L. L. (2020). *COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil*. Recuperado el 2 de mayo de 2020 de https://www.researchgate.net/publication/340452851_COVID-19_e_Desigualdade_no_Brasil.
- Porta, D. D. (2019). Política progressista e regressiva no neoliberalismo tardío. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 57-76.
- Reich, W. (1988). *Psicologia de massas do fascismo*. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Reybrouck, D. V. (2019). Caro presidente Juncker. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., Porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 275-292.
- Santos, B. S. (2005) *O Fórum social mundial: Manual de uso*. São Paulo: Cortez.

- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra, PT: Almedina.
- Todos pela educação (2020). *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. Recuperado el 16 de diciembre de 2020 de <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/anuario-2020-todos-pela-educacao-e-editora-moderna-lancam-publicacao-com-dados-fundamentais-para-monitorar-o-ensino-brasileiro/>.
- Torres, C. A., O'Cadiz, M. D. P. & Wong, P. L. (2002). *Educação e democracia: A práxis de Paulo Freire em São Paulo*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.
- Velho, O. (2019). Roteiro de busca: sobre a contemporaneidade de Karl Mannheim. In: *Tensões Mundiais*, Fortaleza, vol. 15(29), pp. 17-44. <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v15i29.1860>
- Zizek, S. (2019). A tentação populista. In: Appaduaru, A., Baumann, Z., porta, D. D., Fraser, N., Illouz, E., Krastev, I. ..., Ribeiro, R. J. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 293-313.